

PRESENÇA DA MULHER AFRICANA AO SUL DO SARA NA CULTURA E NA CIÊNCIA: QUESTÕES DE GÉNERO

Ilídio Amaral¹

O princípio da igualdade entre homens e mulheres, tal como está na Carta das Nações Unidas, na maioria das constituições nacionais, na legislação governamental, nos programas de desenvolvimento e em numerosos instrumentos internacionais como a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Convénio sobre Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, as Estratégias de Nairobi e outros mais, nem sempre tem tido concretização. Não só em África, mas por todo o lado: é um fenómeno global. Entre Abril de 2001 decorreu em Adis Abeba um Encontro Regional para discutir as necessidades para o Projecto sobre construção de capacidades dos mecanismos nacionais para a igualdade do género em países africanos.

A participação pouco efectiva de mulheres na política e nos centros de decisão está ligada a vários factores, como atitudes socioculturais tradicionais, níveis baixos de instrução e de estatuto económico. São de acrescentar o facto do sistema político (o Estado) ser dominado por homens e a natureza subalternizada dos movimentos de mulheres, aspectos cruciais na compreensão da dinâmica da participação destas na vida pública e cultural.

Segundo a nigeriana Molara Ogundipe-Leslie, em entrevista de 1991 a várias escritoras africanas (2), “a sociedade africana, orientada pelo

¹ Geógrafo, Professor Catedrático jubilado da Universidade de Lisboa
Director do Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical
Membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História

² M. Busby, “Women writers speak out”, *Africa Forum. A Journal of Leadership and Development*, 1991, 1(1), pp. 33-35.

homem, reage de modo sexista usual, negando que haja uma opressão da mulher, glorificando um passado pré-colonial desconhecido em que as nossas mães africanas eram totalmente felizes, acusando as mulheres conscientemente activistas de serem vítimas de ideias Ocidentais e imitadoras das mulheres brancas, clamando que a 'família' é mais importante que o destino da mulher individual, afastando para o lado as preocupações das mulheres com a hipocrisia de que o 'desenvolvimento nacional' é uma prioridade maior do que a 'libertação da mulher', afirmando que, de qualquer modo, as mulheres não precisam de ser libertadas porque nunca estiveram em sujeição". Acrescentava ainda que existia um compêndio de falsificações históricas e sociológicas, tudo com o objectivo de amedrontar as mulheres e reduzi-las à quietude. As mais corajosas, capazes de elevarem as suas vozes social e politicamente, são estigmatizadas.

Molara (ou Omolara) Ogundipe-Leslie, especialista em teoria literária e literatura comparada, formada pela Universidade de Ibadan (Nigéria), com mestrado na de Londres e doutoramento na de Leiden (Holanda), autora de estudos sobre África e a sua diáspora, sobre problemas post-coloniais e activismo das mulheres e género, é também uma das pioneiras e líder de feminismos africanos. Tem uma longa lista de publicações, de que me permito destacar *Recreating Ourselves: African Women & Critical Transformations*, 1994, associadas a uma carreira brilhante de professora e conferencista em universidades nigerianas, inglesas, norteamericanas, canadianas, sul-africanas.

É do conhecimento comum que, numa sociedade largamente patriarcal, com muita dificuldade os homens cedem as posições privilegiadas que gozam desde há séculos, sem luta. Se na vida privada, no lar, o homem condescende em partilhar alguma autoridade, na esfera pública, sobretudo na arena política, o género masculino emprega todos os estratagemas para manter a mulher de fora. Esta terá que demonstrar que é muito melhor, para ser aceite nesse espaço; e, mesmo assim, como fica em minoria, a sua voz não alcança mais alto que um suspiro, abafado pela vozearia masculina.

Contundo as coisas têm mudado, contrariando um provérbio dos Beti dos Camarões segundo o qual "as mulheres não têm boca". Para Ama Ata Aidoo, escritora ganesa (dramaturga, poetisa, autora de pequenas histórias e novelas), o facto de se emudecer a voz feminina

tinha a ver com a posição da mulher na sociedade. “Os homens calam-nos porque ou não se importam connosco, ou odeiam-nos”. Activista política, com papel de relevo na revolução de 1981, por pouco tempo, Ama Aidoo foi Ministra da Educação. Defensora acérrima dos direitos das mulheres, com atitudes públicas de contestação, viu-se perseguida pelas autoridades do seu País e obrigada a emigrar, em 1983, para o Zimbawé, fixando-se em Harare. A colecção de poemas *An Angry Letter in January*, 1992, será uma das suas obras mais importantes, na qual exprime a experiência do exílio, as questões de nação e identidade, os conflitos entre géneros. Relativamente a estes já os utilizara, de forma magistral, em duas novelas: *Our Sister Killjoy, or reflections from a black-eyed squint*, 1977, e *Changes. A love story*, 1991.

Em muitos lados a mulher é considerada como não estando ainda qualificada para cargos de decisão política - uma alegação pouco convincente, tendo em conta que muitos políticos masculinos, eles próprios, só recentemente, e pela primeira vez, chegaram a tais cargos. Assim é perpetuada a subordinação e exploração da mulher e, por vezes, até a culpam de ela própria ser a causa disso! Por exemplo, em 1975 um ministro queniano, convidado para o encerramento de um Seminário Internacional de Mulheres, ao dirigir-se a uma audiência feminina não se coibiu de dizer o seguinte, ainda que tivesse tentado esclarecer que se tratava de um desafio: “Sou levado a acreditar que a mulher tem uma mentalidade preguiçosa. É demasiado preguiçosa para pensar. Vocês mulheres pensam e acreditam que são inferiores aos homens. É um problema psicológico, e 99,9% das mulheres sofrem disso” (*Sunday Post*, Nairobi, 25 de Maio).

Em certa medida, pode ser verdade que algumas mulheres sofram do complexo de inferioridade, nascido de anos de socialização para a subordinação. Mas é um exagero grosseiro mencionar 99 % ou outro valor próximo. Em muitos lados a mulher já não se pensa inferior ao homem. Na verdade, o seu problema básico é a falta de oportunidades e de acesso aos recursos que podem melhorar os seus estatutos e daí a sua capacidade de competir com os homens em bases iguais. E essas oportunidades e recursos continuam desproporcionadamente controlados pelos homens, porque dominam os sistemas onde são feitas as partilhas e a distribuição.

O ponto a sublinhar é que os homens usam desculpas socioculturais desactualizadas para excluírem as mulheres de posições políticas e de decisão. A finalidade é conservá-las num estatuto de subordinação. Num depoimento de 1964 Ruth Habwe, uma política hábil do Quênia, dizia o seguinte: “Estou consciente das dificuldades que os homens têm de enfrentar, quando consideram a possibilidade de mulheres ganharem posições de influência. Domina-os o medo inevitável de que, sendo superiores às mulheres, quando estas alcançarem o mesmo nível, eles cairão das posições elevadas que têm explorado ao longo dos tempos”.

Um escritor famoso, Akinwande Oluwole Soyinka (1934-), yoruba de Abeokuta, figura bastante controversa - dramaturgo (mais de 20 peças, incluindo a *Opera Wonyosi*, influenciada pela *Ópera dos três virténs* de B. Brecht), director e actor de algumas das suas peças, poeta, novelista (*The Interpreters*, 1965, e *Season of Anomy*, 1979), crítico literário e ensaísta, tendo recebido vários prémios, docente em várias universidades nigerianas, britânicas e norteamericanas, político, investigador no campo das ciências sociais -, galardoado com o prémio Nobel de Literatura em 1986, exaltou as qualidades político-sociais das mulheres, mas em modos tais que algumas feministas acharam tais referências entre o cómico e o satírico, retratado o género feminino como objecto utilizado pelos homens.

Sirva de exemplo uma das suas peças mais populares, *The Lion and the Jewel* (1959), com três personagens centrais, de um triângulo amoroso: o ancião Chefe Baroka (Leão é o seu cognome), zelador da tradição (yoruba) e da autenticidade cultural africanas, e Lakunle, o jovem mestre escola, supostamente representante de uma modernidade europeia que absorveu durante uma estada na cidade de Lagos, ambos pretendentes à mão de Sidi, a beleza da aldeia de Ilujinle. Em certo momento, Lakunde diz-lhe o seguinte: “Sidi, quando estivermos casados... sentar-nos-emos à mesa, não no chão! E comeremos com garfos e facas, não com os dedos, e em pratos quebráveis (*breakable plates*, isto é, de louça), como seres civilizados... Quero passear contigo na rua, lado a lado, de braços-dados, tal como eu vi fazerem jovens casais em Lagos. Usarás sapatos de saltos altos, porás baton vermelho nos lábios...”. Como Sidi tivesse preferido o ancião, Lakunle teve forte reação, traduzida nos seguintes termos: “Incivilizada e primitiva -

rapariga do mato! Beijei-te como todos os homens educados - e cristãos! - beijam as suas mulheres. É este o modo do romance civilizado”.

A propósito do espírito irónico e sarcástico de Soyinka não posso deixar de recordar o seu poema autobiográfico, “Conversa telefónica” (1955) com uma Senhora inglesa quando, estudante em Leeds, procurava um quarto. Refiro os principais pontos do poema, numa tradução livre e sintética, tal como foi feito no caso anterior. Perante o preço e a localização da casa. Soyinka achou o primeiro “razoável”, e que a segunda lhe era “indiferente”. A Senhora começou a entrar em pormenores pessoais, mas Soyinka interrompeu-a do seguinte modo: “Madame, detesto um dia perdido (*I hate a wasted journey*). Eu sou africano”. Silêncio do outro lado, uma tosse e a pergunta: “Você é relativamente claro ou mesmo muito escuro?”. Resposta de Soyinka: “Assim, assim”. A Senhora insistiu: “Você quer dizer ... escuro, ou como leite com chocolate?”. Retorquiu Soyinka: “Sépia, da África Ocidental. Está no passaporte, como *brunette*” (moreno, trigueiro). Nova insistência da Senhora: “Mas isso é escuro, não é?!”. Resposta de Soyinka, “Não de todo. Facialmente sou *brunette* mas, Madame, devia ver o resto de mim. As palmas das mãos e as solas dos pés são descoradas, alouradas. Mas a fricção, causada por me sentar, tornou o meu trazeiro negro... Um momento Madame, não quererá vê-lo pessoalmente?”. O sarcasmo de O. Soyinka é demolidor. Noutra ocasião, insurgindo-se contra o movimento da Negritude, ironizava com a expressão de que “o tigre não” precisava de “se vangloriar da sua tigridade”.

É frequente os escritores africanos tratarem as personagens femininas dos seus livros de maneira displicente, quando não de forma caricatural, relevando o estigma de “sexo fraco”. Segundo a escritora queniana Asenath Odaga, autora de peças de teatro e de ficção para adultos e crianças, “o homem tem sido sempre dominante em África. Este é o seu mundo; a sociedade é dele. O que eu não gosto é da maneira como os escritores tratam as personagens femininas, de uma forma que as faz ou estúpidas, ou preguiçosas, ou sensuais. É verdade que algumas escritoras procedem do mesmo modo, mas a maioria de escritores é do sexo masculino e eles não têm dado uma boa imagem da mulher africana. Espero que as escritoras africanas tentem dar à mulher africana a dignidade que ela bem merece”.

A atitude geral da sociedade para com o chamado “sexo fraco” tem sido objecto de reflexão para algumas mulheres autoras de obras notáveis, quer especializadas em ciências humanas e sociais, quer simplesmente escritoras. A nigeriana Zaynab Alkali, na sua novela *The Stillborn*, 1984, escrevia o seguinte: “Estou cansada de ouvir muitas mulheres dizerem que foram criadas para serem ‘fracas’ e ‘incapazes’ de atingirem o ponto mais alto do desenvolvimento intelectual... Posso afirmar que, na literatura africana, as mulheres não estão adequadamente representadas, já para não falar de serem maltratadas, de uma maneira, ou doutra. Com muito poucas excepções as mulheres são ignoradas. Quando muito, têm papeis menores nos enredos. Estou certa de que alguns escritores, se pudessem, tinham dispensado as personagens femininas”. E Adeola James, editora de um livro com entrevistas feitas a escritoras africanas que sempre viveram em África, levantou a questão do motivo de não haver os equivalentes femininos de Chinua Achebe, com a sua linguagem metafísica, de A. Soyinka, com a sua ironia mordaz, ou de Ngugi wa Thiong’o, tão dotado de força telúrica e intensidade onírica.

A propósito disto é de asinalar o aparecimento, em anos muito recentes, de uma excelente escritora moçambicana, Paulina Chiziane, que pode ser considerada como a primeira romancista africana de língua portuguesa, ainda que ela própria prefira dizer-se simples “contadora de histórias e não romancista”, inspiradas “nos contos à volta da fogueira”, sua “primeira escola de arte”. Paulina Chiziane, natural de Manjacaze, com frequência de um curso universitário de Linguística, que não chegou a completar, demonstra nos seus romances uma notável força criativa nas vigorosas abordagens dos problemas culturais das mulheres e dos homens africanos (no caso, moçambicanos), centrando-se, particularmente, nos das primeiras. *Balada de Amor ao Vento*, 1990, *Ventos do Apocalipse*, 1995, *O Sétimo Juramento*, 2000, e *Niketche. Uma história de poligamia*, 2002, merecem leitura atenta; não lhes faltam aquelas características metafísicas, irónicas, oníricas e telúricas atribuídas a escritores masculinos. Nas dedicatórias antes da abertura de *Niketche*, que na Zambézia e em Nampula significa dança do amor, a autora sintetiza os fios condutores do seu romance: “Com a Leontina dos Muchangos, navego pelo universo da mulher, essa alma desconhecida onde descobri poderes adormecidos, e com a Alcinda de

Abreu, passeio até o Sol se pôr e o dia clarear, nas paisagens mais extraordinárias do mundo de uma mulher”.

No período pré-colonial, em muitas sociedades africanas as raízes dos grupos sociais baseados no género já mergulhavam no desenvolvimento de uma divisão sexual do trabalho. A intrusão colonial trouxe dimensões novas para a diferenciação entre os géneros. Por exemplo, enquanto o trabalho assalariado e a produção para a exportação eram considerados como actividades masculinas, para as mulheres mantinha-se a produção de alimentos e a sua venda local.

Após as independências, porém, em muitas partes as mulheres continuaram a ser marginalizadas, afastadas das instituições centrais. As distinções entre público (estado) e privado também sublinharam as diferenças de género. Frequentemente, as políticas de desenvolvimento esquecem-se das mulheres, e quando são elaborados projectos específicos para seu benefício elas acabam por ser marginalizadas. No entanto, a igualdade de géneros, como já foi referido, passou a estar integrada nos textos de muitas constituições, na legislação governamental, nas políticas e programas de desenvolvimento. Mas parece que os mecanismos nacionais têm encontrado sérias dificuldades em se imporem. Por exemplo, num encontro regional que teve lugar em Adis-Abeba, em Abril de 2001 - *Regional Meeting to discuss the Needs Assessment for Project on Capacity Building of National Machineries for Gender Equality in African Countries* - , reconheciam-se muitas dessas dificuldades: falta de recursos financeiros e humanos adequados, inexistência de dados desagregados de sexos; localização marginalizada ou ineficaz da condição feminina na estrutura do governo; laços insuficientes com a sociedade civil; compreensão deficiente das questões de género pelos actores intervenientes; instabilidades económicas e políticas, incluindo, em alguns lados, conflitos armados. “Olhai para este vasto continente! Olhai para este exército de mulheres! Realmente é ridículo que pessoas, especialmente homens africanos educados, ajam como se as mulheres não existissem! Isso é parte da herança colonial, porque não era assim nas nossas sociedades, pelo menos não o era em muitas delas”, é mais um testemunho de Ama Ata Aidoo.

É bom recordar que, num continente da oralidade, as mulheres detinham uma preeminência reconhecida na tradição: histórias contadas pelas avós modelaram as vidas de incontáveis gerações.

Contudo, o reconhecimento das suas contribuições, em termos de palavra escrita, continua por fazer, de modo idêntico ao que foi realizado com os *griots*, esses “mestres da palavra”, de escolas ou centros tradicionais da zona de savanas da África setentrional.

Hoje, quando se fala de literatura africana, isso significa, em geral, textos escritos em línguas europeias, de colonização, por autores africanos. Enquanto os escritores masculinos se concentraram, inicialmente, na luta contra a colonização por potências Ocidentais, as mulheres tiveram de lutar também contra a ‘colonização’ feita pelos seus próprios homens e por atitudes tradicionais que reservavam a educação formal para os rapazes. A ausência de mulheres das antologias mais antigas fala por isso mesmo. Apenas nas últimas décadas escritoras africanas, nascidas e vivendo no continente, começaram a receber algum reconhecimento público, aclamadas e com largas audiências.

Em muitos casos, contudo, esse reconhecimento veio depois da morte. Seja o exemplo da novelista sul-africana Bessie Head (1937-1986), cuja história trágica começou por ser filha de uma mulher branca (pertencente a uma família rica do Natal, de fazendeiros e criadores de cavalos de corrida) e de um rapaz negro (um Zulu, moço de estrebaria), crime grave no país do *apartheid*. Após o parto a mãe foi dada como louca pela sua gente e Bessie Head entregue a um infantário, posta num lar até aos 13 anos, e depois numa escola de missão. Trabalhando como professora e jornalista, aos 27 anos mudou-se para o Botswana e utilizou a sua própria história em livros como *When rain clouds gather*, *Maru*, *A question of power*, e outros, sem ter conhecido verdadeiro sucesso ou aceitação enquanto esteve viva. Numa carta que escreveu, em Junho de 1980, a um professor da Universidade de Bahran, pode-se ler o seguinte: “Olhei para trás, para a minha vida, com extrema agonia ... Ocorreu-me a questão posta por Chinua Achebe em *A Man of the people*, ‘O que fazes quando vens do frio?’... Muitas vezes a África independente responde a isto de uma maneira terrível - queremos carros, queremos muitas mulheres, precisamos de várias mansões. As minhas novelas e eu nunca viemos do frio. Permanecemos na aldeia (referia-se a Serowe, onde vivia), construindo pequenas indústrias e cooperativas rurais, na esperança de que se expandam e abram novas portas”.

Vejamos alguns factos que dizem respeito à condição feminina africana no período post-colonial. A maioria das mulheres participa, activamente, na economia e contribui, de maneira significativa, para o PNB, mas sem o benefício do poder de decisão. Estimam-se as suas presenças em 78% da produção agrícola, 80% do processamento de alimentos, 80% da procura de combustível (lenha), 80% do fornecimento de água ao lar, 90% da fabricação de bebidas (cerveja), 50% da criação de animais. Na África subsariana entre 60 e 80% de trabalhadores de campo são mulheres.

Como os valores reais de salários e preços nos produtores diminuíram nos anos 70 e 80 os homens chefes-de-família não puderam desempenhar muitas das suas funções como tal e as mulheres viram-se obrigadas a prover partes crescentes dos encargos familiares. Em muitos casos elas tornaram-se mesmo as únicas fontes de receitas financeiras da casa - mães-solteiras, mulheres abandonadas pelos maridos, viúvas. Isto fez aumentar, na sua consciência, o valor do seu género, levando-as, em vários lados, a rebelarem-se, juntamente com os jovens do género masculino, contra a dominação da família patriarcal. Hoje, mulheres de negócios gerem os seus negócios em sectores do comércio, dos transportes e de outras actividades; mulheres mais afortunadas vão aumentando o controlo sobre as fontes de produção, de crédito e de utilização de tecnologia moderna. Interessante referir que, nos finais dos anos 70, na Tanzânia, cerca de 30% dos chefes de família eram mulheres.

Tomando o continente africano como um todo, na agricultura a percentagem de trabalhadores do género feminino é maior que a do género masculino. Contudo, verifica-se que as mulheres ainda têm acesso muito limitado à terra, ao crédito financeiro, à formação profissional e às tecnologias modernas, que são factores importantes para o aumento da produtividade e dos rendimentos. No sector industrial, muitas vezes, o emprego feminino é precário (pagamento diário, trabalho temporário, etc.) e os salários são baixos. Há uma nítida preferência por mulheres iletradas, sem formação profissional e não sindicalizadas, porque trazem menos problemas ou, dito de outra maneira, porque são mais facilmente exploradas..

No sector de serviços (escritórios, comércio, ensino, saúde, etc.) é relativamente recente a chegada de mulheres, em comparação com os

países industrializados. Mas em muitos países africanos, nesse sector a proporção de mulheres duplicou e noutros triplicou. Naturalmente que tal crescimento varia de país para país. Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho e da *UN National Research and Training Institute for Advancement of Women (INSTRAW)*, 1950-2000, mostram, por exemplo, que no Senegal se passou de 3 para 8,3%, na Costa do Marfim de 7 para 13,6% e na Nigéria de 31 para 52%. Apesar disso, a percentagem de mulheres ainda se mantém inferior à de homens. Em muitos países há uma tendência para a rápida feminização de certas áreas, como de escritórios e comércio, ensino, serviços sociais e de saúde, mas em escalões baixos, porque nos mais altos continuam a predominar os homens. Por exemplo, na área de saúde há muitas enfermeiras e serventes, mas poucas médicas em cirurgia, na pesquisa científica e em lugares de gestão hospitalar.

O sector informal continua a ser a área de maior empregabilidade de mulheres, quer no mundo rural, quer no mundo urbano. Estima-se que nas grandes cidades africanas elas constituam 50 a 60% da força de trabalho mas o seu impacto no desenvolvimento ainda está incompletamente conhecido. Faltam inquéritos exaustivos sobre a organização do trabalho, as oportunidades e riscos, a ajuda governamental, o acesso ao crédito financeiro, as margens de benefícios, as ligações com o sector formal, a introdução de tecnologias, a formação de cooperativas ou associações de ajuda mútua, o papel dos sindicatos, etc.

A propósito de grupos de poupança e ajuda mútua cabe aqui recordar a sua importância, mais conhecidos em centros urbanos, pois existem por toda a parte, com predomínio daqueles formados por mulheres. Consoante os países e, mais do que isso, as regiões, muitas vezes com ligações étnicas, tais grupos têm nomes diversos, podendo ser mais de um nos países de vincada diferenciação linguística, como, por exemplo, a Nigéria. Assim, a título de exemplos, assinalo as designações de *Chita* ou *Xita* e *Motshelo* na África do Sul, *Kixikila* (na área bacongá) e *Kussulekissa* (entre os ovimbundu) em Angola, *Banobi* no Gabão, *Chilimba* e *Chilyelano* no Malawi, *Eusu*, *Ajo*, *Cha Bam*, etc. na Nigéria, *Upatu* e *Xitique* em Moçambique, *Tontine* e *Nath* no Senegal, *icilimba*, *Upatu* e *Chilembe* na Zâmbia, etc., etc. Já existem muitos estudos sobre esses grupos ou associações, sobretudo os de poupança e crédito que,

na literatura científica de língua inglesa, têm sido arrumados sob a expressão *Rotating Savings and Credit Associations*, por vezes substituída pela sua sigla, *RoSCAs*..

Nos finais da Década das Mulheres (1975-1985), organizada pelas Nações Unidas, todos os governos aprovaram estratégias prospectivas para a promoção das mulheres - *Forward-Looking Strategies for the Advancement of Women (FLS)* -, exprimindo assim o desejo político de expandirem as suas medidas e actividades para o avanço do género feminino. Nas últimas décadas houve alguns progressos em áreas como da legislação, da educação e do emprego, da saúde e do planeamento familiar e, em certa medida, da participação da mulher na política. Contudo, no geral, e muito menos no caso particular das camadas pobres, não se pode dizer que tenha havido grandes progressos.

Muitos países africanos lançaram planos de acção para implementação das medidas prospectivas em sectores prioritários do desenvolvimento. Todavia, na maioria deles as mulheres e as famílias são conceptualizados mais como problemas de bem-estar do que fundamentos económicos. No âmbito das *Nairobi Forward-Looking Strategies* (Resolução 40/108 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Dezembro de 1985) foi solicitado às agências especializadas e organismos do sistema das Nações Unidas que estabelecessem, onde ainda não existissem, pontos focais sobre questões femininas em todos os sectores das suas actividades. No seguimento disso o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO na sigla inglesa), a UNESCO, a Organização Internacional do Trabalho, etc. tomaram medidas para o estabelecimento de *Women in Development Divisions* e/ou reforçar os seus pontos focais.

Organizações não-governamentais também têm desempenhado papéis de relevo, publicitando e ajudando a implementar tais estratégias, com conferências e encontros realizados a níveis local, nacional e internacional de modo a trazerem à atenção do público as questões das mulheres, identificação de problemas prioritários e procura de soluções, recolha de dados, preparação e produção de manuais ou guias para acção e formação. Formas idênticas foram assumidas em Estratégias de Arusha e na Conferência da União Inter-Parlamentar..

A posição que as mulheres ocupam, o papel e estatuto que lhes são concedidos na África contemporânea representam medidas significativas

determinadas pela quantidade e qualidade da educação formal a que tiveram acesso. Na verdade, que as mulheres continuem subprivilegiadas e subrepresentadas em todos os cargos importantes de decisão é, sobretudo, uma função das diferenças institucionalizadas e estruturais do sistema educativo. A quantidade e o tipo de educação acessíveis à maioria das mulheres são inadequados e/ou inapropriados para participarem ou ocuparem posições de relevo na vida pública.

Nas últimas décadas houve grandes progressos nos padrões de educação e formação mas, devido a dificuldades económicas, com sequentes cortes orçamentais, não faltaram graves retrocessos. Por outro lado, na sociedade africana o género masculino teve sempre a prioridade na educação e formação, com prejuízo do género feminino e, no fundo, a cultura tradicional, especialmente nas áreas rurais, ainda é refratária à plena igualdade de géneros. Para agravar mais as questões, muitas vezes os programas de formação vocacional e técnica não foram planeados para a inclusão de mulheres e outros, ditos de “assuntos femininos”, oferecem possibilidades económicas muito limitadas, geralmente periféricas dos principais processos de desenvolvimento nacional. Os programas de educação não formal para mulheres rurais e mulheres urbanas não devem ser planeados isoladamente e têm de estar ligados aos planos gerais de desenvolvimento nacional.

A participação desequilibrada das mulheres africanas na vida económica revela um quadro de disparidades crescentes dos géneros. Esta divergência aumentou a dependência das mulheres relativamente aos homens quanto a rendimentos pecuniários. Muitas mulheres encontram-se mais sobrecarregadas, mais empobrecidas do que no passado. Esta tendência reflecte-se nos números sobre literacia e matrícula em escolas, dois indicadores vitais do estatuto corrente e potencial das mulheres em África. Segundo as estatísticas mais recentes incluídas no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001* do PNUD, subtítulo *Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano*, da alfabetização de jovens em 43 países africanos - feminino em percentagem do masculino -, apenas o Lesotho (120), o Botswana (110), a Namíbia (104), a Suazilândia (102) e a África do Sul (100) ofereciam valores favoráveis ao género feminino; todos os outros os tinham na ordem desfavorável, como o Burkina-Faso (50), o Benim (48), o Níger (42), etc. Quando comparado com as taxas elevadas de mortalidade e

as fracas assistências médica e medicamentosa, torna-se mais claro que o processo de empobrecimento recai, muito desproporcionadamente, sobre o gênero feminino.

Como já ficou registado anteriormente, a posição das mulheres em várias partes da África é determinado, numa larga medida, por normas culturais e práticas tradicionais. Embora as mulheres africanas possam partilhar preocupações comuns, formas específicas de desigualdade variam de país para país, e de uma cultura para outra. Novos problemas surgiram depois das independências, com agravamento dos de violação, prostituição, molestação de crianças, delinquência, etc., que têm crescido, assustadoramente, em anos recentes.

As disparidades de estatutos pessoal e social levaram, inevitavelmente, a clamar por maior igualdade dos gêneros feminino e masculino. Nas sociedades muçulmanas do Sahel isto tomou a forma de pedido de liberdade das mulheres de certas condições impostas pela religião. Recordo aqui a escritora senegalesa Mariana Bâ (1929-1981), nascida no seio de uma família muçulmana que, de acordo com as normas tradicionais, não a teria mandado para a escola, não fora o facto do pai, que foi Ministro da Saúde, ter um espírito aberto e liberal. Um casamento terminado em separação e a luta pela tutela de 9 filhos, deram-lhe matéria para uma novela excepcional, *Une si longue lettre*, com reflexões sobre a poligamia, as castas, a exploração da mulher, que foi galardoada com o primeiro prémio NOMA, em 1980.

Nas regiões agrárias da África ocidental isso exprimiu-se por reclamações de maior direito de propriedade em geral e de acesso à terra em particular. Há um reconhecimento crescente, nos quadrantes femininos, de que o estatuto de inferioridade das mulheres na sociedade está intimamente relacionado com a ambiguidade do seu lugar no domínio público.

Embora ainda possuam esferas de autonomia (especialmente financeira), houve uma redução das suas posições políticas em comparação às suas importâncias relativas nas sociedades tradicionais. Para as mulheres, os progressos na área da participação política ainda permanecem lentos. Em quase todos os países, no papel, as mulheres têm direito de voto, de serem elegíveis para lugares de serviço público, para exercer funções públicas nos mesmos termos que os homens, a níveis local, nacional e internacional. Em muitos países, porém, as mulheres

participam só marginalmente nos mais altos níveis de decisão. Percorrendo as organizações partidárias ou a hierarquia do Estado, encontram-se muito poucas mulheres nos lugares cimeiros e, quando isso sucede, têm posições secundárias.

As mulheres, com alguns agricultores, trabalhadores e comunidades locais, vão resistindo à subordinação às instituições oficiais. A dramaturga queniana Rebeka Njau sublinhava como as mulheres africanas ainda temiam virar-se do avesso, isto é, exprimir os seus pensamentos ou sentimentos íntimos. Dizia ela que se adquirissem coragem para escrever sobre questões sociais ou políticas, as suas vozes teriam de ser ouvidas. A sua novela *Ripples in the pool*, 1975, em que aborda, de maneira crua, temas como das relações sexuais e da liberdade das mulheres, mereceu um prémio do Comité de Escritores da África Oriental. No entanto, lida por um pastor protestante, ouviu-o, chocada, dizer o seguinte: “Não foi Você que escreveu este livro. Certamente foi o seu marido que o fez!”.

Molara Ogundipe-Leslie afirmaria que, devido aos laços patriarcais das sociedades africanas, a maioria das mulheres suportava uma carga dupla, senão tripla. “As sociedades africanas podem louvar as suas escritoras, mas ficarão chocadas se elas tocarem em certos assuntos sobre os quais as escritoras europeias ganharam liberdade para os tratar. Esperam que as mulheres escrevam, principalmente, para crianças ou sobre coisas edificantes, uma vez que os homens pensam que a responsabilidade moral nacional assenta nos ombros delas. Mas são falsamente glorificadas, porquanto, na vida real, são discriminadas e excluídas do poder real, exploradas a todos os níveis, ridicularizadas”.

As muitas coisas diferentes do género feminino deram expressão a uma miríade de organizações de mulheres que têm categorias distintas. Há as associações oficiais de mulheres, tendo cada país africano a sua organização social (*All Women's Association* no Ghana). Por vezes há um ramo feminino do Partido no poder: exemplos de Angola e de Moçambique com a OMA e a OMM. Um segundo tipo é baseado no emprego - cada sindicato tem um ramo feminino e há profissões, como foi dito anteriormente, com alta representação de mulheres (enfermagem, professorado, etc.) que podem ter as suas associações próprias. Um terceiro tipo é o das vendedeiras, que também estabelecem associações para servirem os seus interesses. Um quarto tipo é o das

associações voluntárias, que proporcionam serviços às mulheres, fazem extensão de aprendizagem não formal, prestam cuidados infantis, formam redes de apoio; muitas delas estão ligadas a associações internacionais de mulheres ou a instituições religiosas (igrejas e mesquitas). O quinto tipo é o de associações que crescem espontaneamente, quer em áreas rurais, quer em áreas urbanas, ao encontro de necessidades específicas das mulheres trabalhadoras, diferindo dos grupos voluntários pelas suas origens mais espontâneas e o seu activismo mais independente de qualquer instituição formal. Um sexto tipo, encontrado em algumas cidades grandes, é de categoria mais radical: mulheres altamente educadas juntam-se para militar por mudanças básicas nas actividades sociais relativamente ao seu género; muitas desses agrupamentos estão filiados na "Associação de Mulheres Africanas para a Pesquisa e Desenvolvimento" (Quénia), uma organização com papel muito activo. E, finalmente, um tipo muito específico, conectado com os movimentos de libertação, com grande intervencionismo político, como as secções femininas do *ANC-African National Congress* (África do Sul), e da *SWAPO* (Namíbia).

Mas muitas desses agrupamentos permanecem fracos porque lhes faltam visão e estratégias comuns que lhes permitam agir em unísono nas reivindicações de mudanças políticas e estruturais dos sistemas que têm perpetuado os seus estatutos de subordinação. As poucas mulheres que se lançaram, através dos médias, de academias, pelas profissões liberais ou outras, nos desafios da promoção de mudanças a alto nível, precisam de encorajamento e apoio das outras mulheres. Agir em unísono não significa, de modo algum, a ingenuidade de pensar na constituição de um grupo monolítico unido pela feminilidade. Já é difícil generalizar para todas as mulheres africanas as grandes diferenças. Só na Nigéria há cerca de 395 línguas e dialectos, quase 250 grupos étnicos divididos em perto de 90.000 ditas comunidades!

De fora ajudam diversas organizações, como o *African Center for Women (ACW)*, uma divisão do *Economic Commission for Africa (ECA)*, estabelecido em 1975 - acesso igual aos recursos, às oportunidades, participação igual na tomada de decisões, etc., o *African Women Global Network (AWOGNet)*, sediado no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Ohio (EUA), etc. A informação na Internet é abundante, e dela referiremos apenas o exemplo de *The African Women's Develop-*

ment and Communication Network (FEMNET), instituída para reforçar o papel e contribuição das organizações não governamentais africanas relacionadas com o desenvolvimento da mulher; para criar uma via de aproximação ou canal através do qual essas ONG possam trocar ideias, conhecimentos e experiências sobre a melhoria da condição feminina; para manter ligações de trabalho e criar parcerias, directa ou indirectamente, com governos, agências das Nações Unidas e outros organismos; para publicitar as actividades e serviços da própria rede.

A propósito das ONG's africanas não podemos deixar de referir o *Gender and Development Centre*, Kisumu (Quénia), dinamizado pela escritora Asenath Bole Odaga, cuja missão é a de trabalhar com grupos de mulheres e comunidades rurais com base nelas, para promoção do desenvolvimento sustentável que permita lutar contra a pobreza e melhorar a qualidade de vida.

Em Março de 1988, sob os auspícios das Nações Unidas teve lugar em Cartum (Sudão) uma Conferência Internacional sobre a Dimensão Humana da Recuperação Económica e Desenvolvimento da África, como seguimento da implementação do UN-PAAERD (*United Nations Programme of Action for African Economic Recuperation and Development*), 1986-1990, do APPER (*Africa's Priority Programme for Economic Recuperation*) e da Conferência Internacional "África: O Desafio da Recuperação Económica e Desenvolvimento Acelerado" (Abuja, Nigéria, Junho de 1987). Foi aprovada uma Carta ou Declaração, dita de Cartum, e entre as numerosas Recomendações lá aparece explicitado, no capítulo de "Incorporação do Factor Humano na Recuperação e Processo Estrutural", que na elaboração de programas de ajustamento e desenvolvimento deve ser dada atenção especial às questões do género, de modo a acelerar a integração da mulher na totalidade do processo de desenvolvimento pois que, com a clara consciência das grandes contribuições da mulher, haverá uma nova oportunidade para enormes progressos nessa direcção (I, 29.vii) E no capítulo do "Sector social e Grupos vulneráveis", que "devem ser dadas oportunidades às mulheres para maior participação nos processos políticos e de decisão da Nação, a todos os níveis, especialmente nos centros nacionais de poder. Que lhes seja facultada formação apropriada, onde fôr necessário" (II, 30.vi).

A *Third World Academy of Sciences* (Trieste), fundada em 1983, teve papel importante na criação do *Third World Organization for Women in*

Science (TWOWS), em 1993, cujos objectivos são os seguintes, envolvendo mulheres cientistas que trabalhem e vivam nos países do Sul: reforçar as oportunidades de investigação e formação de jovens cientistas; inventariar e analisar a posição social e as perspectivas das mulheres na ciência e tecnologia; promover o reconhecimento das suas realizações científicas e tecnológicas; melhorar as oportunidades de acesso à educação e formação em ciência e tecnologia; aumentar a produtividade científica e a eficiência de cientistas do género feminino; promover a colaboração e a comunicação entre cientistas e técnicos do género feminino no Terceiro Mundo e com a comunidade científica internacional; promover a sua participação nos processos de tomada de decisões, quer a nível nacional, quer a nível internacional; encorajar outras organizações internacionais a aumentarem as suas actividades relacionadas com a promoção do papel das mulheres na ciência e na tecnologia no Terceiro Mundo.

Entre as actividades desenvolvidas por *TWOWS* estão o inventário das mulheres cientistas e das suas organizações, e as bolsas de formação post-graduada para cientistas do género feminino da África subsariana em Centros de excelência situados no Sul. Existe um Boletim que serve como veículo de comunicação para a organização, distribuído a todos os membros de *TWOWS*.

Voltando aos domínios da cultura, têm-se firmado muitas escritoras e investigadoras africanas nos domínios da crítica e do ensaio, sobretudo a partir dos anos 50 e 60 quando cada vez mais mulheres acederam ao ensino superior. Há dois nomes a fixar: Abena Busia (Ghana), autora de *Theorizing Black Feminisms* e *Testimonies in Exile*, e Ifi Amadiume (Nigéria). Sobre esta distinta antropóloga, actualmente Professora na Universidade de Dartmouth, acrescentamos uma pequena nota, dada a importância da sua obra, como analista do género, em particular *Daughters of the Goddess, Daughters of Imperialism: African Women, Culture, Power & Democracy*, Londres, 2000, depois de ter publicado *Male Daughters, Female Husbands: gender and sex in an African society* (1987, com várias reimpressões) e *Reinventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture* (1997). Em *Daughters of the Goddess, Daughters of Imperialism*, de leitura aliciante, como o título sugere, a autora tentou teorizar um quadro amplo de situações contrastantes das mulheres africanas, um projecto ambicioso que vai desde a religião (*the Goddess*),

pela economia política (*Imperialism*), à cultura, ao poder e à democracia. E ensina-nos ainda que qualquer análise das relações entre os géneros deve ter em conta quanto elas foram formadas e transformadas pelo tráfico escravagista, pelo colonialismo, pela missionação cristã e pela islamização, pelo neocolonialismo ...

Nada há inerentemente masculino na criatividade intelectual; apenas constrangimentos sociais e económicos podem ainda conspirar para manter as mulheres, até as mais cultas e de formação universitária, coibidas de desenvolverem as suas portencialidades em pleno e de alcançarem proeminência igual à dos homens. Mais uma vez socorremos de Molaria Ogundipe-Leslie: “As académicas e profissionais africanas ainda não são tomadas seriamente”. Segundo ela, muitos homens teimam em ver os empregos das mulheres como *hobbies* - nada a sério ou auto-definido, apenas alguma coisa para fazerem fora de casa e ajudarem o orçamento familiar. E se a mulher for uma profissional bem sucedida, casada, as pessoas acharão que não necessita de promoção ou de aumento salarial porque há o marido que, de qualquer modo, cuidará dela. No entanto, alguns colegas masculinos dessa profissional podem invejar o marido, porque tem dois bons vencimentos para utilizar: o dela e o dele; muitas vezes, aparecem neles vislumbres de zanga, ... que recaí sobre a mulher.

A dramaturga tanzaniana Penina Muhando, considerando a questão de até que ponto deverão ser as escritoras africanas responsáveis perante as mulheres, respondeu do seguinte modo: “é natural que a escritora sinta a responsabilidade de trabalhar em defesa das mulheres, porque se não o fizer haverá o risco de elas continuarem a ser maltratadas pelos escritores (masculinos). Mas essa responsabilidade é perante a sociedade”... “A questão feminina não pode ser isolada de outros problemas, uma vez que as mulheres não podem ser separadas do resto da sociedade. A libertação da mulher tem de ser parte da libertação da própria sociedade. Esta tem de entender que cada problema que afecta a mulher também a afecta”. Por isso mesmo, nas suas peças, Penina Muhando apresenta o que é relevante quer para as mulheres, quer para os homens, mesmo quando aborda uma questão especificamente feminina. Isto é, não pode haver uma resolução parcial do problema.

Termino esta modesta contribuição com breves referências à revista *Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies*, primeiro número

online, 2001. Segundo a sua directora, Nkiru Nzegwu, na apresentação intitulada "Globalization and the JendaJournal", a "conceptualização" da revista "foi guiada por dois objectivos principais: a criação de um espaço de teorização das nossas experiências, marginalizadas, actualmente, no contexto global de relações económicas desiguais, e tirar-nos do modelo de concepções estereotípicas no qual esta ordem económica internacional e a sua cultura concomitante de hierarquia nos lançaram". Acerca da palavra *Jenda*, a mesma responsável explicava que a sua escolha correspondera à aproximação da forma como os não-intelectuais e mesmo os intelectuais pronunciam, muitas vezes, a palavra *gender*, ao utilizarem o vernáculo ou *pidgin* de base inglesa. O volume está dividido em partes, Hierarquia e poder, Conhecimento e ideologia branca, Estudos de mulheres africanas, etc.

No volume de 2002, depois de um editorial, na secção de artigos são de assinalar, entre outros, "Conceptualização do género: os fundamentos eurocêntricos de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas", "Simone de Beauvoir em África: 'Mulher = Segundo sexo?' Questões do pensamento feminista africano" e "Fome, actos criativos da mulher e dinâmicas do género em Manawashai, Darfur, Sudão Ocidental".

